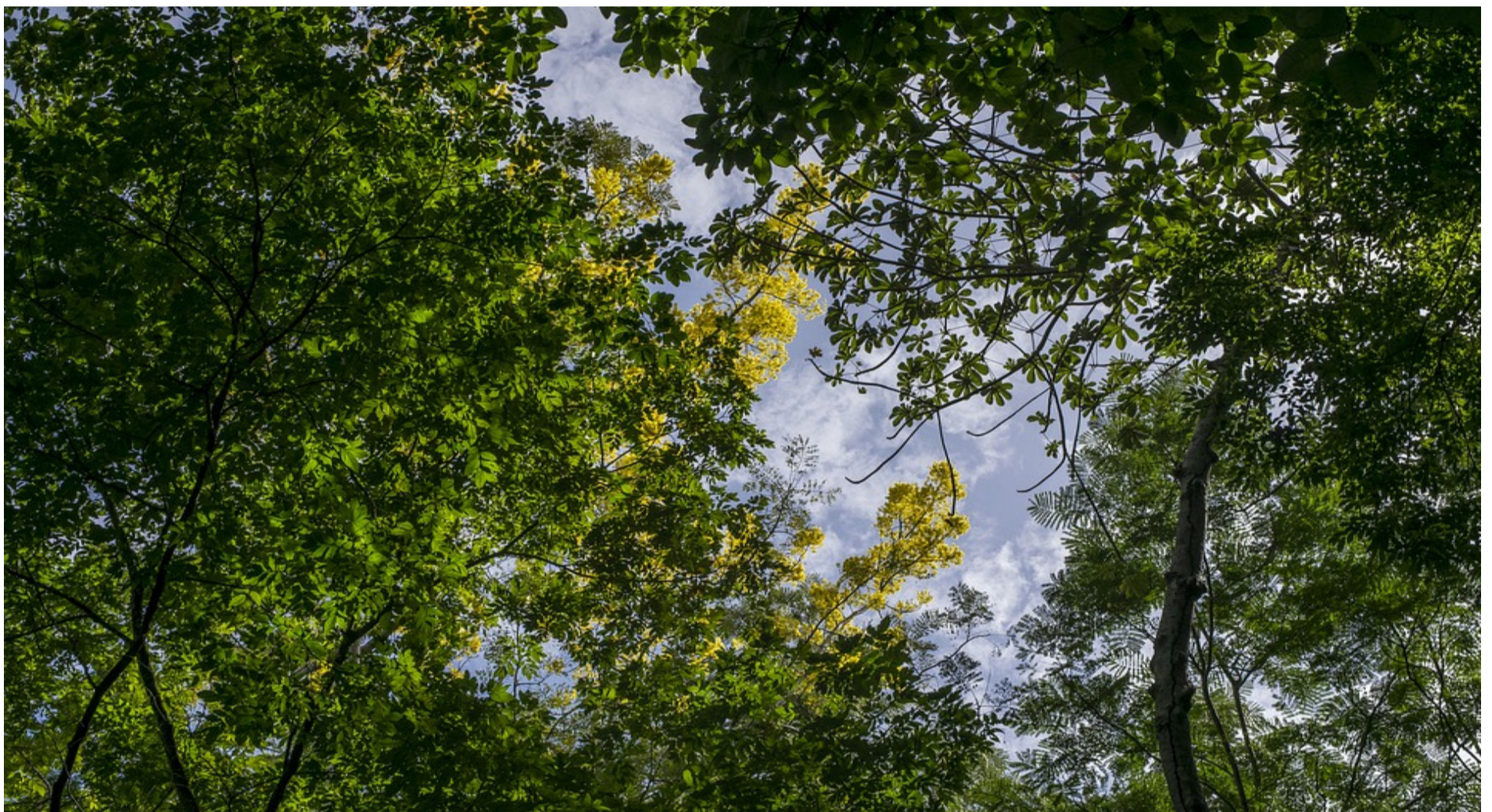




Neoextrativismo Em Rondônia Cresce Com Decretos E Projetos De Lei



Fonte: Pixabay

O ataque ao patrimônio natural do Brasil está acontecendo com auxílio de personalidades e organizações políticas das escalas nacional e local. Conforme o pesquisador Antônio Donato Nobre, o desmatamento de áreas amazônicas avança e em áreas que também são ameaçadas pela mineração, exploração madeireira, projetos de infraestrutura e expectativas de legalização da grilagem (prática ilegal, mas aceita socialmente), o que conduzirá a um aumento regional de temperatura de 4,2 e 6,4 graus Celsius.

Sob a falácia da promoção de desenvolvimento econômico, dados demonstram que a destruição da Amazônia vai na contramão a um desenvolvimento social para a região. Essa realidade é confirmada com pesquisas que apontam que 95,8% dos municípios da Amazônia marcados pelo desmatamento excessivo e uso extensivo de recursos naturais têm condições de vida piores do que as outras regiões do Brasil.

Mesmo com indicativos de que a destruição da floresta não garante o desenvolvimento local e regional, existem novas movimentações legislativas favoráveis à degradação ambiental, sob o falso argumento de que as práticas gerarão 'progresso' à região.

Nesse sentido, o novo projeto de Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (ZSEE) de proposto pelo governo do estado de Rondônia afirma que pretende "estabelecer um equilíbrio" entre a proteção do meio ambiente e o uso/ocupação do solo, contudo, o Projeto de Lei busca permitir a utilização de uma diversidade territorial através de um ideal utilitarista de homogeneização mercantil das terras amazônicas.

Recente publicação de Novoa e Araujo para a plataforma jornalística Amazônia Real, descreve que a área de desmatamento é acelerada por projetos de infraestrutura, como o caso das rodovias estaduais 425, 420 e 421 e 429 e das hidrelétricas Jirau e Santo Antônio. Os autores também apontam uma extrapolação dessas práticas após a consagração das novas políticas governamentais, que aceleraram o desmatamento em novas áreas do estado e favorecem a atividade de mineração em praticamente todos os Territórios Indígenas e em parte das Unidades de Conservação. A proposta do Projeto de Lei Complementar 85/2020 visa abrir terreno às práticas capitalistas nas áreas de conservação, indo na contramão dos princípios norteadores do zoneamento que são: proteção de bens de domínio público e de uso comum da população.

Vale lembrar que as áreas desmatadas em pouco tempo se constituem em espaços para pastagens. Atualmente a Amazônia conta com um espaço que corresponde ao dobro do território da Alemanha desmatado. Entretanto, cerca de 65% das pastagens localizadas nesse território, de acordo com o Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam) destinam-se a baixíssima produtividade pecuária com cerca de uma cabeça de gado por hectare.





Fonte: Wiki Commons

Novoa e Araujo discutem o avanço de projetos de infraestrutura, que também colaboram à degradação ambiental, o que indica o aprofundamento de um ciclo neoextrativista desses empreendimentos, que pouco ou nenhum benefício trazem à população local, na medida em que os recursos são expropriados sem que haja qualquer intenção verificável de restituição desses bens às comunidades atingidas.

Um exemplo singular são as inúmeras comunidades-sede de projetos hidrelétricos que não possuem acesso à energia elétrica, como o caso das comunidades indígenas das Terras do Rio Branco, que apesar de serem sede de PCH, 50% de seus habitantes não possuem energia. Outro impacto social, econômico, cultural e estrutural que pode ser apresentado é o boom populacional em áreas que receberão esses projetos, pois essas localidades sofrem impactos na prestação de serviços públicos, na medida em que não há ampliação da rede prestadora de serviços públicos na mesma medida em que se dá o aumento populacional.

No entanto, existe outra atividade que tem se mostrado forte aliada do desmatamento: a mineração. Com um crescente interesse no processo de mineração no estado de Rondônia e o apoio de governantes ao Decreto nº. 25.780, de 29 de janeiro de 2021, que busca revogar o Decreto nº. 5.197/91 que proibia a extração de minério e atividades de garimpo no rio Madeira, desenha-se um cenário que facilite a mineração extensiva por meio de empresas num rio que já apresenta altas taxas de mercúrio pela garimpagem artesanal (e ilegal).

Caso o dito decreto não seja revogado, num futuro próximo o rio estará com taxas ainda mais elevadas de mercúrio o que prejudicará a saúde dos animais que vivem e utilizam suas águas, bem como das populações ribeirinhas e que se alimentam da pesca do rio. Não bastando, seu leito que é utilizado como hidrovia perderia essa função e, consequentemente, geraria uma queda dos rendimentos econômicos em virtude da mudança desse transporte.

Porém, nem tudo está perdido, como apontado por Ricardo Abramovay, em seu livro *Amazônia - por uma economia do conhecimento da natureza*: “ciência, tecnologia e fortalecimento das populações tradicionais são o caminho decisivo para a emergência de atividades econômicas capazes de manter a floresta em pé e evitar a destruição dos serviços ecossistêmicos dos quais todos dependemos, a começar pelo sistema climático”. Ainda, é preciso lembrar que as práticas predatórias inibem o desenvolvimento de uma economia de conhecimento da natureza, mas que temos potencial para mudar esse quadro e gerar benefícios à população e não apenas a alguns atores sociais.

Balão de indicação:

<http://bit.ly/2OEQ95V>

<http://bit.ly/2OJV0Rv>

<http://bit.ly/38sqHro>

Quer saber mais sobre um caminho de desenvolvimento sustentável e viável à Amazônia?

Leia *Amazônia: para uma economia do conhecimento da natureza*, de Ricardo Abramovay

IDEAIS & IDEAIS

Moçambique: A Maldição Da Abundância

Nesse ensaio publicado em 2012, Boaventura destaca que a expressão “maldição da abundância” é utilizada para caracterizar os riscos que correm os países pobres onde se descobrem recursos naturais, os quais são objetos de cobiça das grandes potências. Sob a promessa de abundância advinda do valor comercial dos recursos e dos investimentos necessários para o concretizar, o padrão de desenvolvimento econômico, social, político e cultural de um país é condicionado a ceder às pressões externas. O autor elenca alguns riscos provocados pela “maldição da abundância”: o crescimento do PIB em vez do desenvolvimento social; corrupção generalizada da classe política; aumento em vez de redução da pobreza; polarização crescente entre uma pequena minoria super-rica e uma imensa maioria de indigentes; destruição ambiental e sacrifícios incontáveis às populações onde se encontram os recursos em nome de um suposto progresso que nunca conhecerão; criação de uma cultura consumista que é praticada apenas por uma pequena minoria urbana mas que é importada como ideologia a toda sociedade. Em síntese, esses riscos representam a miséria, isto é, o país ficará mais pobre após a exploração de seus recursos naturais. Esse é o caso (na época) de Moçambique.

Graças às descobertas de carvão, gás natural, ferro, níquel, petróleo e outros recursos, Moçambique, em meados de 2010, passou a ser cobiçado. Multinacionais, como a Rio Tinto e a brasileira Vale do Rio doce, exerceram suas atividades com pouca regulação estatal, celebraram contratos que lhe permitiram saquear as riquezas naturais moçambicanas com mínimas contribuições para o Orçamento do Estado (em 2010, a contribuição foi de 0,04%), contaminaram as águas, violaram os direitos humanos das populações locais, geraram o reassentamento em condições indignas e desvastaram os ecossistemas locais.

Outrossim, o autor ressalta que há uma espécie de autoritarismo insidioso, disfarçado de empreendedorismo e de aversão à política, que germina na sociedade como uma erva daninha. É o caso da Vale, que é alvo central das organizações ecológicas e de direitos humanos, por sua arrogância neocolonial e pela cumplicidade que estabeleceu com o governo moçambicano: havia conflitos entre os interesses do país governado pelo Presidente Guebuza e os interesses das empresas do empresário Guebuza, de que podem resultar graves violações dos direitos humanos.

Nesse sentido, Boaventura analisa que a cobiça por recursos é responsável por corromper a classe política de um país e intitula o processo de submissão de Moçambique de “angolanização de Moçambique”. Segundo ele, não se trata de um processo linear, pois, diferente de Angola, Moçambique conta com uma liberdade de imprensa superior; a sociedade civil é mais organizada; os novos-ricos têm medo da ostentação; o sistema judicial, apesar dos pesares, é mais independente; há uma massa crítica de acadêmicos moçambicanos.

Também, Boaventura identifica que o impulso para a transição democrática parece estar estagnado. A legitimidade revolucionária da Frelimo sobrepõe-se cada vez mais à sua legitimidade democrática; a partidização do aparelho do estado aumenta ao invés de diminuir; a vigilância sobre a sociedade civil é recorrente; a ideologia partidária interfere na liberdade acadêmica do ensino e investiga universitário (a discussão política é vista como distração ou obstáculo para o desenvolvimento). Sendo assim, há um autoritarismo insidioso que é disfarçado de empreendedorismo e de aversão à política.

O autor encerra o ensaio ao citar uma frase do renomado escritor moçambicano Eduardo White: “nós que não mudamos de medo por termos medo de o mudar”. Trata-se de uma frase válida para a sociedade moçambicana, portuguesa e tantas outras submissas às regras de um capitalismo global, desumano e intransigente.

VOZES EM MOVIMENTO



A pandemia ocasionada pelo COVID-19 tem impulsionado o debate sobre a gestão de pautas necessárias para o desenvolvimento humano. É nesse sentido que o socioambientalista Thiago Ávila tem auxiliado na busca por harmonia entre humanidade e Natureza, sempre com a valorização dos saberes originários e com o apoio de mutirões espalhados pelo país.

Nesta edição do Informativo, Thiago traça um panorama da política ambiental concebida para a região Amazônica, em especial, para Rondônia, alertando para os perigos do modelo de desenvolvimento baseado na exploração descuidada da Natureza e ressaltando a importância da participação da sociedade no debate ambiental, a fim de possibilitar o enfrentamento da crise ambiental, social, climática e sanitária instaurada na região.

1. Como você visualiza a atual política ambiental do governo Federal na Amazônia, em especial, no estado de Rondônia?

Nós estamos vivendo um período muito difícil em nosso país em que o lucro é colocado acima da vida e há a intensificação da destruição da Natureza, da exploração e da opressão das pessoas. Impedir a destruição da Amazônia, assim como deter um genocídio que está em curso na gestão da pandemia estão entre os maiores desafios da nossa geração. Isso passa por questionar esse suposto modelo de desenvolvimento que a partir do agronegócio e da mega mineração, destrói os biomas, explora trabalhadores e oprime povos originários e comunidades tradicionais que resistem a essa lógica. Nesse sentido, o estado de Rondônia é chave, pois o governo local publicou um decreto, sem consulta popular, que condena pessoas, rios, plantas, animais e todo o restante da Natureza à contaminação pela mineração para beneficiar uma pequena elite do topo da pirâmide social. É uma lógica de terra devastada, que precisamos nos mobilizar para impedir.

2. Sabe-se que a atividade mineradora provoca inúmeros impactos ambientais, sendo um deles a contaminação das águas por meio do despejo de resíduos tóxicos. É possível dimensionar os danos ambientais gerados pela mineração? Há a possibilidade de se recuperar as áreas degradadas? As famílias atingidas/prejudicadas são de fato compensadas?

Pessoas e governos subestimam os riscos da mineração, por motivos distintos. A população muitas vezes é convencida pela narrativa da geração de empregos, da movimentação da economia local e da integração e desenvolvimento da região. Leva muito tempo até perceberem que essa ilusão vendida a eles pelas empresas nunca se concretiza de verdade: a maior parte da força de trabalho vem de fora da região, a cadeia dita “produtiva” é tão concentrada na mão de grandes grupos econômicos internacionais que não movimentam a economia da cidade, a especulação imobiliária no local aumenta o custo da moradia para todo mundo, a um ponto tal que a maior parte da população tradicional daquelas comunidades segue em condições econômicas semelhantes ou até piores, enquanto tem que lidar com os terríveis efeitos socioambientais da destruição a partir da mineração. Já governos subestimam os riscos propositalmente, pensando que as pessoas não vão notar suas relações íntimas com essas grandes corporações da mineração e que, ao invés de perceber a destruição de comunidades e da Natureza, as pessoas vão aceitar a narrativa do emprego e do suposto desenvolvimento ao longo de sua carreira política. Quando a relação econômica entre governantes e as empresas é direta, aí abrem mais ainda mão de qualquer procedimento de proteção e aumentam severamente o risco das grandes tragédias (que por serem motivo de negligência e descaso em nome do lucro são crimes, não acidentes). Em todos os casos de tragédias ambientais no Brasil desse século, nenhuma família foi compensada devidamente (em vários não houve sequer compensação alguma) e a maior parte das áreas degradadas ainda apresentam níveis de contaminação elevados ou nunca foram recuperadas. É uma relação em que a humanidade e a Natureza perdem sempre para o benefício de uma pequena elite, por isso não podemos aceitar.

3. Utilizando o argumento de melhoras econômicas, de geração de emprego e de progresso, as mineradoras apropriam-se de áreas ricas em recursos naturais. Qual seria o caminho mais efetivo para combater a desinformação que atinge as pessoas que serão impactadas por esses projetos?

É necessário um contato direto com as comunidades para que essa relação de confiança possa superar o investimento na máquina de propaganda e repressão das mineradoras e governos. Esse sistema atua dessa forma: tentando convencer desinformando sobre os efeitos perversos desse modelo destrutivo e, quando as comunidades resistem, utilizam de todas as suas formas de violência e coerção. Impedir esse processo requer uma profunda mobilização popular, trabalho de formiguinha promovendo momentos de diálogos e, principalmente, organização para enfrentar esses poucos que querem lucrar com nosso sofrimento. Conversas de família à família no cotidiano, panfletos, rodas de conversa, atividades artísticas, assembleias, abaixo-assinados, marchas, ações judiciais, denúncias internacionais, ações de mídia e redes sociais, ocupações de edifícios das mineradoras, ocupações de edifícios públicos e até a resistência física aos tratores e maquinário direto no local são caminhos que os povos vêm fazendo para lutar essas grandes batalhas do nosso tempo. É como dizem os povos Guarani-Kaiowá, “não morreremos educadamente”. E essa coragem para enfrentar esses poderes traz também importantes vitórias. É possível deter a destruição e transformar nossa região positivamente.

4. Sabemos que é comum que em audiências públicas, as pessoas mais impactadas não sejam convidadas ou que tenham limitações ao seu direito de fala. Quais os efeitos desse distanciamento? Como podemos fortalecer a participação das pessoas impactadas?

Esse é um dos vários problemas do sistema atual na forma de tomar decisões que impactam diretamente povos e comunidades diversas. Audiências públicas muitas vezes frustram porque são tratadas como instrumento protocolar que as mineradoras e megaprojetos fazem para “cumprir tabela” de um acordo por cima que já está há muito tempo costurado entre os grandes grupos econômicos e governos. No entanto, são momentos importantes de denúncia, de colheita de informações que auxiliam na luta e de mobilização de vários setores que às vezes sequer dialogavam entre si. Não comparecer é privar setores importantes de conhecerem as denúncias. A depender do estágio da luta, essa participação já pode vir em formato de protesto, de ocupação do espaço, inclusive. Se a audiência pública for tratada como mais uma agenda de uma jornada de lutas e resistência, as pessoas diminuem essa expectativa de que apenas a denúncia nela resolva (não resolve nunca isoladamente) e percebam que ela pode sim ser um momento importante, parte da luta coletiva permanente, e que é essa mobilização contínua que pode deter um projeto de destruição.

5. Como você enxerga o surgimento de novos movimentos sociais progressistas em Rondônia? A partir da temática ambiental, visualiza terreno fértil o fortalecimento do campo popular progressista em Rondônia, que é um estado conservador?

É da maior importância que cada vez mais pessoas estejam se mobilizando nas cidades, no campo e nas florestas para impedir um caminho de destruição do planeta, exploração e opressão das pessoas. Em Rondônia e em todas as partes do país as pessoas vão percebendo que o sistema atual falhou e que só é formatado para beneficiar os que estão em sua classe dirigente, às custas de nossas vidas. É um caminho árduo precisar lidar com as dificuldades cotidianas em uma sociedade que não é formatada para a realização e sobrevivência digna da maioria do povo e, ainda, precisar se desdobrar para encontrar energia e fôlego adicional para lutar contra essas estruturas, mas é necessário. A única forma deles não vencerem e o planeta e os 99% da população perderem é a partir da mobilização. Somos a imensa maioria, temos força quando conseguimos inspirar essa vontade coletiva à ação. Eu fico muito feliz ao ver que em Rondônia esse processo está acontecendo, mesmo sob condições externas difíceis. É um ato de coragem importante, digno das grandes histórias que transformaram nossa sociedade positivamente.

6. Que mensagem gostaria de deixar às pessoas para que elas contribuam na formação de uma sociedade mais justa e na preservação do meio ambiente?

Aproximadamente 16 anos atrás eu assumi como grande propósito de vida ser uma formiguinha parte desse processo coletivo de transformação do mundo. E isso me trouxe desafios, mas também muitas recompensas nas relações incríveis com as pessoas, nas vitórias concretas em tantas batalhas e na certeza de que nós estamos cumprindo nossa grande tarefa histórica. Não deixem que a desesperança e a apatia tomem conta. Transformar o mundo é possível, desde que a gente não pare de lutar, mesmo em condições difíceis. Nunca abram mão de estudar a história das Revoluções, de ler muito e se preparar entre saberes e fazeres para ter maior capacidade de ação nos momentos decisivos. Nunca abram mão de um enraizamento e construção direta com o povo, nunca negligenciem o senso de urgência do desastre ambiental planetário (principalmente o aquecimento global, mas não somente ele) e busquem se desconstruir para também não reproduzirem opressões de gênero, de raça, de sexualidade, de nacionalidade e todas as demais. Tenham humildade para aprender com outras experiências e também tenham a ousadia para partilhar as saídas que encontrarem nessa grande marcha coletiva para transformar o mundo. Tenham sempre orgulho de serem pessoas que dedicam suas vidas ao mais justo, digno e inspirador propósito que existe: a construção de uma nova sociedade em harmonia com a Natureza, com justiça social e a verdadeira paz repleta de felicidade e realizações, a sociedade do Bem Viver!

VOCÊ SABE O QUE É? - EIA/RIMA

A Resolução nº. 01/86 do CONAMA conceitua como impacto ambiental, em seu artigo 1º, “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais”.

Desse modo, o **EIA - Estudo de Impacto Ambiental** - tem a função de identificar os impactos negativos e positivos ocasionados pela construção e pela operação de empreendimentos. A partir desse levantamento, são propostas ações de controle ambiental, de mitigação e de compensação dos impactos negativos previstos. Além disso, o EIA embasa o processo de concessão das licenças ambientais dos projetos.

Além de atender aos preceitos da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº. 6.938/81), o **EIA** obedece algumas diretrizes gerais, tais como: analisar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto; identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade; definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, chamada de área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza; considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.

Já o **RIMA – Relatório de Impacto Ambiental** - é um relatório exigido, juntamente com o **EIA**, para o Licenciamento Ambiental de empreendimentos ou atividades que possam causar uma degradação significativa ao ambiente. Trata-se de um documento público e em linguagem acessível, que tem a função de dar transparência ao EIA, de acordo com o que preceitua o artigo 225, §1º, IV, da Constituição Federal de 1988, assim, para a instalação de qualquer obra ou atividade que possa causar uma significativa degradação ambiental é necessário um estudo prévio de impacto ambiental, que deve ser amplamente divulgado à população.

De modo simplificado, o **RIMA** utiliza uma linguagem mais acessível e apresenta os resultados obtidos pelo **EIA**, esclarecendo quais os impactos e benefícios gerados por obras ou atividades que se pretende empreender. O **EIA/RIMA** deve diagnosticar os possíveis danos à natureza, além de elaborar e implantar da melhor forma as ações necessárias para se ter o mínimo de impacto ambiental e a mitigação deste, compensando os impactos ambientais decorrentes de uma obra e de seu funcionamento. As usinas hidrelétricas e as barragens de mineração são exemplos de empreendimentos que necessitam deste tipo de relatório para obter o Licenciamento Ambiental, devido às significativas consequências geradas por esses empreendimentos.



OLHARES LATINOS

Novas Políticas Do Governo Da Bolívia

Lucho Arce na Bolívia

Após o golpe da direita contra o presidente Evo Morales, as perseguições políticas de militantes de esquerda, de movimentos nativos, de sindicalistas e o estado de exceção de Jeanine Áñez, a gestão do *Movimiento al Socialismo* volta ao poder na figura do ex-ministro da economia, Luis Arce.

A Bolívia comumente é definida pelo conceito do sociólogo Zené Mercado, a *sociedad abigarrada*. Isto é, um país de maioria de nativo-americanos, de quéchuas, aimará e outros, cujo domínio político fora historicamente monopolizado por uma elite europeia. Até a ascensão de Evo Morales, o primeiro presidente indígena do maior país indígena das Américas.

Arce ativamente participou como ministro da economia no governo Morales e fora responsável pela técnica econômica que fizera o país reduzir a extrema pobreza da casa dos 30% aos 15%. Também protagonizara a estatização dos hidrocarbonetos, da mineração e das telecomunicações.

Hoje como presidente, Arce lida com a restituição da democracia na Bolívia, após 1 ano de gestão golpista somada à pandemia de Covid-19. A *contrario sensu* da propaganda, a eficiência neoliberal não passa de mito, ou melhor: de publicidade. E nesse ano de golpismo a Bolívia ganhou 1 milhão de novos miseráveis.

O atual contexto boliviano é o desafio dos rumos de Arce, cujas políticas destinam-se a reforçar a gestão humanitária da economia, ao menos assistencialistas; a reorganizar a economia largada ao caos neoliberal, pelo reforço das fronteiras tributárias; e o estímulo do crescimento. Arce sancionou o imposto sobre grandes fortunas, pauta histórica das esquerdas mundialmente; coibindo a burguesia boliviana ao seu devido dever para com a pátria plurinacional.

Todavia, Arce deve lidar também com o contexto político de seu país. Afinal, Evo sofrera um golpe à moda antiga, com sequestros e tanques nas ruas e refugiara-se na vizinha, Argentina. Nesse sentido, o parlamento boliviano iniciará julgamento sobre massacres endossados por decretos presidenciais durante o estado de exceção. Os julgados serão Áñez e seu gabinete. Dois dos ministros de Jeanine, no entanto, fugiram do país pela fronteira brasileira. E a própria ex-presidente fora frustrada na sua tentativa de fuga por movimentos sociais.

Assim sendo, Arce, o partido MAS e, sobretudo, a Bolívia como um todo, dá o exemplo de como mobilizar-se, de como reviver a democracia pela economia e pela política na América Latina.

Saiba mais em:

Revista Opera: <https://bit.ly/3ot7fGu>

Sputnik: <http://bit.ly/3vcGPXB>

Revista Fórum: <http://bit.ly/38sQXSk>

INTERNACIONAL

Políticas Ambientais De Biden

Joe Biden é destaque em matérias do National Geographic Brasil. O novo presidente americano assume o cargo durante uma crise ambiental iminente. Para (tentar) reverter a situação, Biden terá que trabalhar alguns pontos-chave.

Segundo o informe do National Geographic Brasil, 2020 empatou com 2016 como o ano mais quente já registrado, sendo um sinal de alerta climático. Apesar da queda de 7% nas emissões de carbono provenientes de combustíveis fósseis em 2020 resultantes das paralisações econômicas causadas pela covid-19, estima-se que 40 bilhões de toneladas métricas de dióxido de carbono foram emitidas, além de trilhões de toneladas já emitidos desde o século XIX. Com isso, as temperaturas médias globais se elevam a cada ano.

Em declarações públicas, o novo presidente americano dos Estados Unidos prometeu enfrentar a crise climática. Ele garantiu retornar ao Acordo de Paris, cancelar o oleoduto Keystone XL e adotar um ambicioso programa de redução das emissões dos Estados Unidos em um ritmo incessante. A primeira promessa foi cumprida no início da gestão, no entanto, há seis pontos cruciais para se entender o intenso desafio a ser superado pelo governo democrata:

1. A temperatura da terra teve um aumento de 1,25°C: trata-se do aumento médio na temperatura da Terra em 2020 em comparação com o final do século 19. Outras previsões realizadas pela Nasa, pela Administração Oceânica e Atmosférica Nacional dos Estados Unidos, pelo Serviço Nacional de Meteorologia do Reino Unido e outros, preveem que o aumento pode alcançar até mesmo 1,29°C.

2. 945 Gigatoneladas de emissões de carbono restantes para no orçamento para se manter abaixo de 2°C: essa é a quantidade de dióxido de carbono que permanece no “orçamento de carbono” que oferecerá à Terra 66% de chance de aquecer menos de 2°C acima das temperaturas. Em 2020, mesmo com o efeito das medidas de isolamento causadas pela covid-19, o mundo emitiu cerca de 34 gigatoneladas (bilhões de toneladas) de CO₂ proveniente de combustíveis fósseis, uma redução em relação às pouco mais de 36 gigatoneladas em 2019. O orçamento é calculado para todo o planeta, mas apenas poucos países foram responsáveis pela maior parte das emissões que aqueceram o mundo até hoje. Os Estados Unidos, por exemplo, emitiram um quarto de todas as emissões de dióxido de carbono desde 1751. Não há consenso internacional sobre quanto do orçamento global restante cada país poderia gastar. O plano climático de Biden tem por objetivo colocar os Estados Unidos nos eixos antes de 2050.

3. 22 é a quantidade de desastres climáticos ocorridos nos Estados Unidos em 2020 que geraram prejuízos de bilhões de dólares: A quantidade de desastres climáticos e meteorológicos de grandes proporções quebrou um recorde nos Estados Unidos em 2020, totalizando vinte e duas. Em 2020, as mudanças climáticas contribuíram para incêndios em cerca de 1,6 milhão de hectares na Califórnia e para formação de furacões. Segundo a matéria, pesquisas recentes demonstram que alterações na precipitação e na queda de neve causadas pelas mudanças climáticas contribuíram com cerca de um terço do total de estragos causados por enchentes nos Estados Unidos entre 1988 e 2017, gerando um prejuízo superior a US\$ 70 bilhões (setenta bilhões de dólares).

4. 2035 será o ano em que o gelo marinho do ártico pode desaparecer durante o verão: em um futuro não tão distante, o Oceano Ártico pode ficar sem gelo durante o verão pela primeira vez em aproximadamente dois milhões de anos. De acordo com o informativo, um pólo mais quente pode afetar o clima em locais tão distantes quanto a Antártida, influenciando os principais padrões de circulação atmosférica e oceânica. Também pode desencadear ciclos de retroalimentação que aceleram o aquecimento. O Ártico aqueceu mais rápido do que qualquer outro local do planeta — cerca de 3°C desde 1900 — e acelerou nas últimas décadas para quatro vezes a média global.

5. 28% da eletricidade do mundo a partir de fontes renováveis: analistas da Agência Internacional de Energia (IEA) preveem que as energias renováveis em breve ultrapassarão o carvão e o gás natural como fontes de energia, tornando-se a maior fonte de energia global até 2025. Entretanto, questiona-se se será o bastante para cumprir as metas de emissão líquida zero, as energias renováveis terão que substituir quase completamente o carvão e o gás até meados deste século. Países, como a China, a Coreia do Sul e a Espanha, estão expandindo drasticamente suas capacidades de energia renovável. Os Estados Unidos também precisarão seguir esse exemplo: em 2019, ainda produziam apenas 17,6% de sua energia proveniente de fontes renováveis, atrás da média global de 28%.

6. 51% de Norte-Americanos com menos de 45 anos afirmam que as mudanças climáticas influenciaram sua decisão sobre onde morar: é o percentual de norte-americanos com menos de 45 anos que ponderam sobre as mudanças climáticas ao decidir onde morar, segundo uma pesquisa recente da National Geographic e da Morning Consult. Os homens são mais propensos a considerar as mudanças climáticas do que as mulheres, os liberais, mais do que os conservadores e os jovens, mais do que os mais velhos. Com isso, tem-se a noção de que as mudanças climáticas são reais e que afetam pessoalmente a vida de todos, o suficiente para influenciar a escolha da moradia.

Fonte: <http://bit.ly/2OcE205>



Fonte: Pixabay

Custo Social Do Carbono

Em 20 de janeiro de 2021, primeiro dia de seu governo, Biden requisitou uma análise e revisão imediata do “custo social do carbono”. Calculado pela primeira vez durante o governo Obama, o número sofreu reduções sob o governo do ex-presidente Donald Trump. Esse feito facilitou a justificativa da Agência de Proteção Ambiental para reverter regulamentos climáticos essenciais, incluindo normas de economia de combustível e o Plano de Energia Limpa do governo Obama.

Segundo a National Geographic, especialistas afirmam que analisar o valor atribuído ao custo social do carbono para realinhar com a ciência permitirá que o governo Biden crie regulamentos de gases de efeito estufa mais rigorosos em diversos setores da economia e ainda ajudará a cumprir os objetivos de política climática.

É evidente que as emissões de gases de efeito estufa pela humanidade estão elevando as temperaturas e os níveis dos oceanos e impulsionando um clima mais extremo, causando destruição de propriedades, diminuição do rendimento de safras, redução da produtividade de trabalho e matando pessoas. Os danos monetizados associados a cada tonelada de dióxido de carbono (ou qualquer outro gás de efeito estufa) representam seu “custo social”.

Determinar esse número permite que legisladores determinem o benefício monetário de evitar que gases sejam liberados na atmosfera, etapa fundamental ao elaborar regulamentos. Se o Congresso dos Estados Unidos aprovasse um imposto sobre as emissões de carbono — uma medida apoiada por muitos economistas — o custo social do carbono também poderia determinar decisões sobre o nível apropriado do imposto.

Durante o governo Trump, o grupo de trabalho responsável por calcular o custo social do carbono foi dissolvido. O governo republicano começou a fazer mudanças no cálculo do custo social do carbono que, segundo especialistas, eram inconsistentes com a ciência e economia climáticas. Revisou-se o custo social do carbono para considerar apenas os danos dos Estados Unidos decorrentes das emissões de carbono no país, em vez de danos globais.

Além disso, o governo Trump também fez modificações controversas na “taxa de desconto” utilizada para calcular o custo social do carbono. A taxa de desconto representa o fato de que danos futuros têm menos valor para a sociedade do que os danos atuais. Uma taxa de desconto mais alta significa que a sociedade valoriza menos os danos futuros. No governo Obama, o grupo de trabalho aplicou uma taxa de desconto de 3%; o governo Trump aplicou 3% e 7% no recálculo. Economistas consideram a taxa de desconto mais alta inadequada para problemas como as mudanças climáticas que têm grandes impactos intergeracionais. Como consequência dessas alterações, o governo Trump conseguiu reduzir o custo social do carbono para apenas US\$1 a US\$7 por tonelada.

Agora Biden planeja restaurar um valor mais alto para o custo social do carbono. O recente decreto do presidente pede o estabelecimento de um novo grupo de trabalho que publicará um valor provisório em 30 dias e um valor definitivo em janeiro de 2022.

Apesar de suas limitações, um custo social do carbono atualizado será uma ferramenta essencial para o governo Biden, enquanto busca estabelecer regulamentos e políticas que conduzam os Estados Unidos em direção a uma economia livre de emissões de carbono até 2050. Com o retorno ao Acordo de Paris, o efeito da revisão do aumento do custo social do carbono pode ultrapassar as fronteiras dos Estados Unidos e ajudar a aumentar a ambição em questões climáticas em todo o mundo.

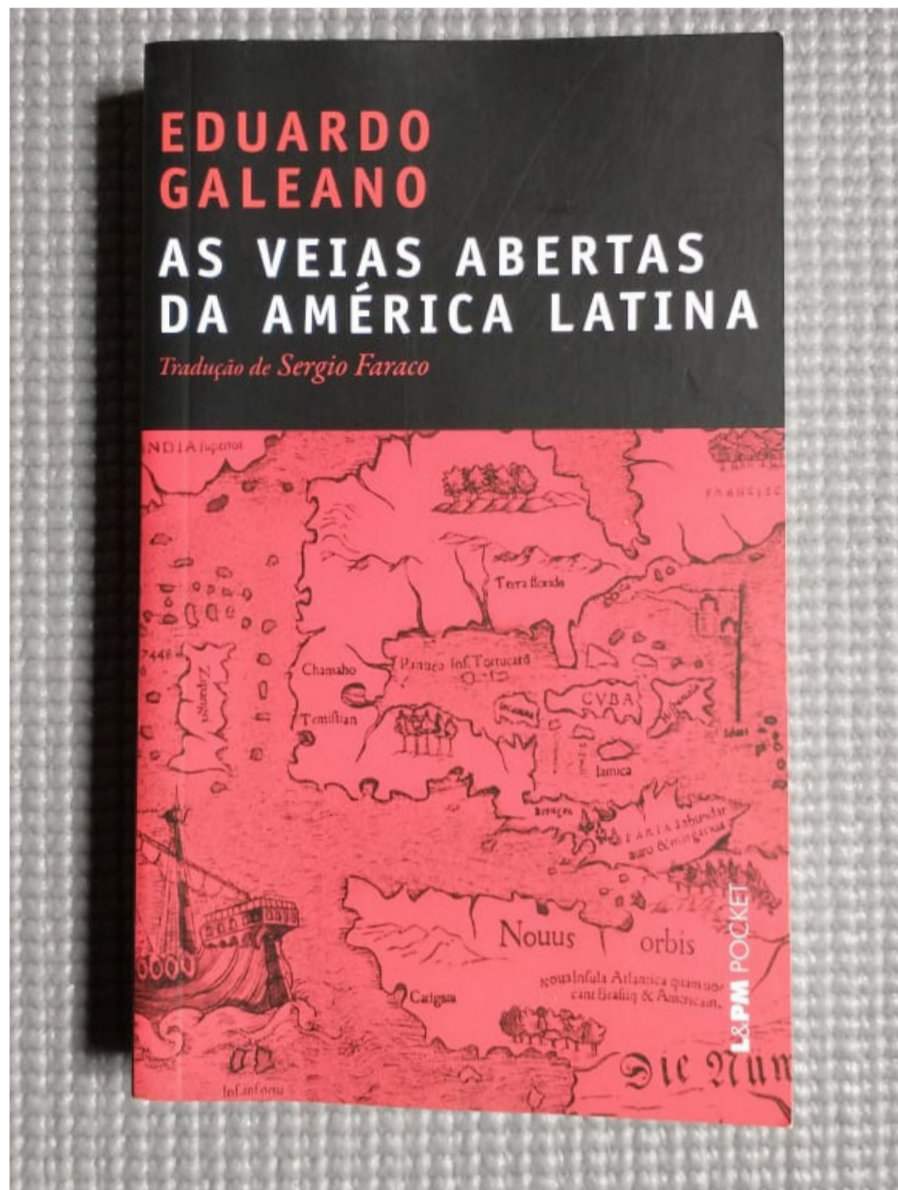
Fonte: <http://bit.ly/3ozlSIa>

O que é custo social do carbono?

O **Custo Social do Carbono (CSC)** é uma medida econômica variável que significa quanto cada tonelada a mais de dióxido de carbono (CO₂) lançada na atmosfera custa à sociedade em termos de danos ambientais. Medir, monetizar, precificar ou, ainda, dar um valor aos danos associados a cada tonelada a mais de CO₂ revelam o seu custo social. Assim, é uma medida essencial para possibilitar a determinação dos benefícios sociais existentes na redução das emissões de gases de efeito estufa, permitindo benefícios monetários aos países que assim o conseguirem.

Fonte: <https://bit.ly/3pYJVL7>

DICAS CULTURAIS



Veias Abertas da América Latina - Eduardo Galeano

O livro *Veias Abertas da América Latina*, publicado pela primeira vez em 1971, foi escrito pelo jornalista uruguaio Eduardo Galeano (1940-2015) que viveu exilado na Argentina e na costa catalã na Espanha desde 1973, voltando para o Uruguai em 1985 com o fim da ditadura.

Conhecido por ser um clássico libertário, a obra descreve a história da América Latina desde a colonização pelos europeus no início do século XV até a dominação instaurada pelos Estados Unidos nos tempos atuais. Contudo, Galeano vai além da simples história narrada, ele dá um caráter subversivo ao livro durante seus argumentos incisivos e contrários a exploração econômica das riquezas naturais dos territórios por potências mundiais e a dominação política instaurada no continente.

O jornalista descreve com maestria a dominação vivenciada pela América Latina. Para isso, perpassa pela submissão ditada pelos espanhóis e portugueses, posteriormente a vivenciada em relação aos ingleses, holandeses e franceses, assim como a contemporânea em relação à nova potência econômica mundial, os Estados Unidos da América. Desse contexto, o autor relata que apesar de mudar as figuras o padrão não se modifica: a América Latina continua na mesma miséria e espoliação.

Já na contemporaneidade, o prefácio escrito pelo autor em agosto de 2010, salienta a profunda tristeza que possui ao descobrir que o livro ainda não a sua atualidade e complementa: “A história não quer se repetir - o amanhã não quer ser outro nome do hoje -, mas a obrigamos a se converter em destino fatal quando nos negamos a aprender as lições que ela, senhora de muita paciência, nos ensina dia após dia”.

GALEANO, Eduardo H. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre, RS:L&PM, 2020.

Sankofa: A África que te Habita - César Fraga e Maurício Barros de Castro

Sankofa é um pássaro mítico africano imortalizado pelos ancestrais dos povos axântis, que hoje vivem em Gana. O símbolo de um pássaro com a cabeça virada para trás pegando um ovo significa “volte e busque”. O mito remete ao passado e sua constância sobre o presente, mas sobretudo ao dever de olhar para o passado para entender o presente. E é isto que fazem o escritor Maurício Barros de Castro e o fotógrafo César Fraga.

A série documental acompanha a viagem dos dois aos 10 países africanos da rota dos escravos para hoje ler a história nos traços humanos. Além das imagens retratadas pela documentação, a série traz entre fotos, vídeos e entrevistas, histórias míticas de culturas diversas do continente narradas pela atriz Zezé Motta.

Junto a história deixada em marcas em África, retrata-se o gene africano na cultura brasileira. Isto é, entrevista-se sambistas, capoeiristas, umbandistas, linguistas e historiadores para narrar o passado vivo no Brasil. Inúmeras expressões culturais tipicamente brasileiras mas geneticamente africanas são explicadas pela ancestralidade nagô, daomeana e bantu.

Parte do documentário foca-se nesta pauta: quais nações africanas chegaram aqui ao novo mundo? Dentre outras povos e fatores, pela matriz religiosa vê-se, os Iorubás ou Nagôs, atualmente presentes principalmente na Nigéria; pelas rotas do Atlântico, a partir de Angola e Congo, e da contra-costa, a partir de Moçambique, os Bantus; os Jejes, pelos escravizados pelo Reino de Daomé; os Fulas; e demais povo.

Sobre a história do outro lado do rio chamado Atlântico, como diz o historiador e diplomata Alberto da Costa e Silva, é trazida a história do Reino de Daomé, cuja ação expansionista nas terras da África ocidental gerou guerras contra outros reinos cuja população fora vendida aos traficantes lusitanos. Tanto importa isso é parte de nossa história que esse Estado em 1822 fora o primeiro a reconhecer a independência do Brasil, devido as relações comerciais escravagistas.

A série também mostra os bairros brasileiros, regiões urbanas presentes principalmente no litoral cuja população formou-se a partir de ex-escravos do território brasileiro que voltados à África foram tão marcados pela escravidão que dissociaram-se de certos grupos e associaram-se como um novo grupo. Também conta-se a história de uma família nigeriana que enriquecera com o tráfico e até os tempos atuais fazem-se políticos poderosos no país.

Contudo, entre toda história e todas estórias, destacam-se também os monumentos. Numa região tem-se as mesmas correntes que prendiam os escravizados suspensas sobre árvores e mantidas lá, pela memória viva. Noutras regiões, no Benim e no Senegal, tem-se a chamada Porta do Não Retorno, portão construído sobre o local que embarcavam os escravos à América. Com os dizeres: “simboliza a última etapa da maior deportação jamais conhecida na humanidade - o comércio negro”.

TRAÇOS DA VIDA



Fonte: https://www.instagram.com/_gisahell/

SIGA NOSSO INSTAGRAM - [@diterra.unir](https://www.instagram.com/diterra.unir)



diterra.unir

🌿 Direito, Território & Amazônia

🔍 Grupo de Pesquisa

📅 Eleições 2020: <http://bit.ly/3n1zINt>

www.diterra.unir.br



Coordenação:

Neiva Araújo

Edição, textos e editoração:

Amanda Serafim

João Vitor

Karen Roberta

Marcio Martins

Charge: Gisabel Leite (@_gisahell)

Edição Gráfica: Júlio Costa

Revisão: Daniel Ferro

www.diterra.unir.br